

# Percepção da população sobre o uso de Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPS): Uma pesquisa de opinião no Bairro do Maguari no Município de Ananindeua, Estado do Pará, Brasil

Population's perception of Over-the-Counter Medications (OTC): An opinion survey in the Maguari neighborhood, Municipality of Ananindeua, Pará State, Brazil

Percepción de la población sobre el uso de Medicamentos de Venta Libre (MIPS): Una encuesta de opinión en el barrio Maguari del Municipio de Ananindeua, Estado de Pará, Brasil

Recebido: 16/11/2024 | Revisado: 18/12/2024 | Aceitado: 21/12/2024 | Publicado: 01/01/2025

## **Débora Bitencourt Barbosa Ferreira**

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-4856-1390>  
Universidade da Amazônia, Brasil  
E-mail: [debora.bitencourt@hotmail.com](mailto:debora.bitencourt@hotmail.com)

## **Rita Alarissa Farias de Souza**

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-5853-4777>  
Universidade da Amazônia, Brasil  
E-mail: [larissanick@gmail.com](mailto:larissanick@gmail.com)

## **Rúbia Letícia Pinheiro Ribeiro**

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-3370-3291>  
Universidade da Amazônia, Brasil  
E-mail: [Rlribeiro318@gmail.com](mailto:Rlribeiro318@gmail.com)

## **Stefany Borges do Nascimento**

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-9157-3140>  
Universidade da Amazônia, Brasil  
E-mail: [stefanyborges88@gmail.com](mailto:stefanyborges88@gmail.com)

## **Kamila Leal Correa**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8689-6543>  
Universidade da Amazônia, Brasil  
E-mail: [profakamilaleal@gmail.com](mailto:profakamilaleal@gmail.com)

## **Resumo**

Os medicamentos isentos de prescrição (MIPs) são produtos vendidos para tratar doenças autolimitadas, mas seu uso irracional pode causar problemas de saúde. Este estudo teve como objetivo avaliar a percepção da população do bairro Maguari, em Ananindeua (PA), sobre o uso desses medicamentos. Foi realizada uma pesquisa quali-quantitativa com 100 participantes. Os resultados mostraram que a automedicação é prevalente, sendo mais comum entre mulheres (69%) do que entre homens (31%). A faixa etária de 18 a 35 anos foi a que mais utilizou MIPs (35%). Em termos de escolaridade, participantes com ensino médio (50%) e graduados (34%) relataram o uso desses medicamentos. Além disso, 59% desconheciam o que são MIPs. A pesquisa revelou que 78% compram MIPs sem orientação profissional. A principal razão para a compra foi a presença de sintomas específicos. Embora 90% não tenham relatado problemas de saúde decorrentes do uso de MIPs, 10% mencionaram complicações. Cerca de 54% acreditam que as informações sobre MIPs são insuficientes, e 62% defendem restrições mais rígidas para venda. 30% não receberam orientação sobre o uso, mas 75% reconhecem a importância da orientação farmacêutica. A maioria, 93%, concorda com a necessidade do uso racional desses medicamentos para garantir a segurança no tratamento. Esses dados justificam a importância da orientação sobre o uso adequado de MIPs para evitar riscos à saúde. Para mitigar riscos, é essencial implementar campanhas educativas e incentivar consultas com profissionais de saúde, especialmente farmacêuticos.

**Palavras-chave:** Medicamentos de Venda Livre; Automedicação; Segurança do Paciente; Saúde Pública.

## **Abstract**

Over-the-counter drugs (OTCs) are products sold to treat self-limiting illnesses, but their irrational use can lead to health problems. This study aimed to assess the perception of the population of the Maguari neighborhood, in Ananindeua City, Pará (PA) State, regarding the use of these medications. A qualitative-quantitative survey was conducted with 100 participants. The results showed that self-medication is prevalent, being more common among women (69%) than men (31%). The age group between 18 and 35 years old was the most frequent user of OTCs (35%). Considering educational level: education, participants with a high school diploma (50%) and graduates (34%) reported using these medications. Additionally, 59% were unaware of what OTCs are. The research revealed that 78%

purchase OTCs without professional guidance. The main reason for the purchase was the presence of specific symptoms. Although 90% did not report health problems resulting from the use of OTCs, 10% mentioned complications. About 54% believe that information about OTCs is insufficient, and 62% support stricter sales restrictions. 30% did not receive guidance on usage, but 75% recognized the importance of pharmaceutical advice. The majority, 93%, agree on the need for rational use of these medications to ensure treatment safety. These data justify the importance of guiding the appropriate use of OTCs to avoid health risks. To mitigate risks, it is important to have educational campaigns and encourage consultations with healthcare professionals, especially pharmacists.

**Keywords:** Over-the-Counter Medications; Self-Medication; Patient Safety; Public Health.

### Resumen

Los medicamentos de venta libre (MIPs) son productos vendidos para tratar enfermedades autolimitadas, pero su uso irracional puede causar problemas de salud. Este estudio tuvo como objetivo evaluar la percepción de la población del barrio Maguari, en Ananindeua (PA), sobre el uso de estos medicamentos. Se realizó una investigación cualitativa-cuantitativa con 100 participantes. Los resultados mostraron que la automedicación es prevalente, siendo más común entre las mujeres (69%) que entre los hombres (31%). El grupo de edad de 18 a 35 años fue el que más utilizó MIPs (35%). Teniendo en cuenta el nivel educativo, los participantes con educación secundaria (50%) y los graduados (34%) reportaron el uso de estos medicamentos. Además, el 59% desconocía qué son los MIPs. La investigación reveló que el 78% compra MIPs sin orientación profesional. La principal razón para la compra fue la presencia de síntomas específicos. Aunque el 90% no reportó problemas de salud derivados del uso de MIPs, el 10% mencionó complicaciones. Cerca del 54% cree que la información sobre los MIPs es insuficiente y el 62% apoya restricciones más estrictas para la venta. El 30% no recibió orientación sobre el uso, pero el 75% reconoce la importancia del asesoramiento farmacéutico. La mayoría, el 93%, está de acuerdo en la necesidad de un uso racional de estos medicamentos para garantizar la seguridad del tratamiento. Estos datos justifican la importancia de orientar sobre el uso adecuado de los MIPs para evitar riesgos a la salud. Para mitigar los riesgos, es esencial implementar campañas educativas e incentivar consultas con profesionales de la salud, especialmente farmacéuticos.

**Palabras clave:** Medicamentos de Venta Libre; Automedicación; Seguridad del Paciente; Salud Pública.

## 1. Introdução

A utilização racional de medicamentos é uma abordagem de grande relevância para a saúde pública mundial, por meio dela, é possível garantir que os indivíduos recebam tratamentos adequados para as mais diversas condições de saúde, respeitando com isto a segurança, eficácia e economia da terapia farmacológica. Porém, quando se trata da utilização de medicamentos isentos de prescrição (MIPs), essa questão assume uma grande complexidade devido à autonomia que esta classe proporciona aos consumidores quanto a escolha e utilização desses produtos (Melo & Pauferro, 2020; Mota *et al.*, 2020).

Os medicamentos isentos de prescrição são aqueles disponíveis para compra em farmácias e drogarias, podendo ser comercializados para tratamento de determinados sintomas, que variam desde um simples resfriado até problemas digestivos (Sousa, Marinho & Meirelles, 2021).

Para que estes produtos farmacêuticos possam ser vendidos ao consumidor, eles precisam obedecer a critérios que avaliem sua segurança e eficácia, diminuindo com isto, o potencial de toxicidade e reações adversas, além de não gerarem dependência química ou psíquica, sendo dever do consumidor utilizá-los de acordo com a orientação prescrita na bula do produto. No Brasil, quem estipula as normas para que um fármaco se enquadre como MIP, é a RDC nº 98 de 2016, que por sua vez ressalta que estes insumos sejam utilizados por um curto período, para doenças de baixa gravidade (Brasil, 2016; Moysés *et al.*, 2024).

Além disso, apesar dos estudos clínicos e das orientações para que estes medicamentos sejam comercializados com a isenção de uma prescrição, seu uso de forma errônea, no ano de 2021 foi descrito como o responsável pela terceira maior causa de intoxicações no país, perdendo apenas para as classes de não medicamentos e fármacos utilizados sob prescrição médica (Duarte, Vianna & Moreira, 2021).

Assim, estes números corroboram os dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Ministério da Saúde (MS/Brasil), que detectou somente no ano de 2023, 213.690 notificações por intoxicações exógenas, sendo 121.554 causadas por uso de medicamentos determinando uma porcentagem de (56,88/100%) (Brasil, 2024).

Essas intoxicações podem gerar reações alérgicas, resistência microbiana, agravamento de quadros clínicos pré-existent, dependência e morte. Ou seja, a seguridade de determinado medicamento, por mais previsível que seja, tende a falhar quando as normas estipuladas não são obedecidas. E pelo fato de os MIPs gerarem alta procura dentro do âmbito da farmácia comunitária, para resolução de problemas autolimitados, há, portanto, um favorecimento no crescimento de problemas relacionados a estes medicamentos, sendo estes responsáveis por diversos cenários de hospitalizações (Guimarães, Pacheco & Morais, 2021).

Por isto, a orientação se torna imprescindível, pois através dela, o profissional em saúde adquire uma poderosa ferramenta para disseminação do conhecimento acerca dos perigos da automedicação e do uso incorreto das mais diversas substâncias, que impactam diretamente a saúde pública. E o que tange ao uso de medicamentos, o farmacêutico se torna especialista para propor ações, vez que, suas competências incluem, gerenciamento de recursos humanos, físicos e financeiros. Tendo como premissa garantir a qualidade dos medicamentos e gerir com responsabilidade a informação e a tecnologia relativa à saúde, sendo um agente eficaz na educação e aconselhamento, buscando orientar e fornecer informações claras e precisas de como usar medicamentos de maneira segura e eficaz, educando os pacientes sobre os riscos da automedicação, revisando as prescrições dos pacientes para evitar interações medicamentosas prejudiciais, duplicidade de terapias e dosagens incorretas, além de monitorar terapias e sugerir ajustes se necessário para reduzir efeitos colaterais (Santos Lima & Melo Guedes, 2021; Santos, 2023).

Diante deste cenário, o presente estudo teve como objetivos, investigar a percepção da população de Ananindeua – PA, sobre a segurança e eficácia dos medicamentos isentos de prescrição médica, analisar os hábitos de consumo desses medicamentos entre os residentes do município, avaliar o nível de conhecimento de parte da população sobre as indicações, contraindicações e efeitos colaterais dos MIPs, e identificar os fatores que influenciam a escolha destes medicamento e seu sem prescrição médica. Este local foi escolhido por ser o segundo município mais populoso do estado do Pará, abrigando uma população diversa e representativa com várias faixas etárias, classes sociais e níveis educacionais, o que permite a obtenção de dados ricos e variados, refletindo então em distintas perspectivas e comportamentos relacionados ao uso de medicamentos (Oliveira, 2021).

## **2. Metodologia**

### **2.1 Tipo, local e período de estudo**

Foi realizada uma investigação social, feita com pessoas, do tipo survey ou pesquisa de opinião, de caráter qualitativo, por meio da realização de entrevistas, com a aplicação de um formulário online a partir de perguntas pré-estabelecidas (Pereira et al., 2018) para avaliação das diferentes percepções da comunidade acerca do uso irracional de medicamentos isentos de prescrição.

O estudo foi conduzido em um espaço público, particularmente em um parque, localizada no bairro Maguari, situado no município de Ananindeua no período de agosto de 2024. Este período foi escolhido por abranger uma menor interferência de eventos sazonais, além de um maior fluxo de pessoas no local, devido a rotina de trabalho e estudos, o que ajuda na relevância do n amostral.

### **2.2 Aspectos éticos**

Em concordância com o parágrafo único da RESOLUÇÃO Nº 510, de 7 DE ABRIL DE 2016, artigo 1º, parágrafo único, parte V, pesquisas de opinião, que visam apenas captar opiniões, atitudes ou preferências das pessoas sobre determinados assuntos, sem a necessidade de exposição e identificação dos indivíduos não necessitam de aprovação ética formal pelo sistema CEP/CONEP para sua realização (Brasil, 2016).

### **2.3 Desenvolvimento e validação do instrumento de coleta de dados**

O instrumento para a coleta de dados foi o formulário eletrônico do Google (Google Forms), que é um aplicativo de gerenciamento de pesquisas da própria empresa. Essa ferramenta foi preenchida pelas autoras, que fizeram as entrevistas e coletaram as informações referentes ao estudo. No formulário houve um total de 13 perguntas, levando em consideração aspectos como, (conhecimento sobre MIPS, práticas de automedicação, fatores influenciadores para utilização desta classe medicamentosa, percepções sobre seus benefícios e riscos e relevância dos profissionais de saúde, em especial, do farmacêutico na orientação desses medicamentos). O processo, foi validado a partir da finalização das entrevistas e análise dos dados. Com isto, os parâmetros de validação utilizados foram, de preenchimento completo de todas as caixas de texto marcadas corretamente e sinalizadas com o símbolo (\*), referente a obrigatoriedade das respostas. Concomitantemente, a média e desvio padrão asseguraram e garantiram a confiabilidade dos resultados.

### **2.4 Amostra populacional**

Foi utilizada para identificação, uma amostra populacional pré-estabelecida, com um  $n$  amostral = 100, vez que, não foram retidos dados pessoais dos participantes.

### **2.5 Critérios de inclusão e exclusão da amostra**

Critérios de inclusão: a pesquisa foi realizada com indivíduos de ambos os sexos, maiores de 18 anos, residentes do município de Ananindeua-PA e que aceitaram participar voluntariamente do estudo.

Critérios de exclusão: participantes que não conseguiram responder completamente o formulário e indivíduos que responderam medicamentos que devem ser vendidos sob prescrição médica e que não pertencem a classe de MIPS.

### **2.6 Análise dos dados**

Os dados obtidos passaram por uma tabulação e foi feita uma análise descritiva simples e foi feita uma média simples (Shitsuka et al., 2014; Vieira, 2021). Os gráficos foram elaborados no programa Microsoft Excel 365. E as respostas comparadas com outras pesquisas já relatadas na literatura científica e que abrangeram o tema de interesse.

## **3. Resultados e Discussão**

Realizamos uma pesquisa de opinião com um total de 100 participantes, e os dados revelaram que a automedicação é significativamente mais comum entre as mulheres. Entre os entrevistados, 69% (69 pessoas) do sexo feminino relataram essa prática, em comparação com 31% (31 pessoas) dos homens. Esses percentuais refletem a distribuição de gênero dos participantes, uma vez que 69% das respostas ao formulário foram preenchidas por mulheres (Tabela 1).

**Tabela 1** - Conjunto de variáveis relacionadas ao perfil de uso de MIPs pela população estudada.

<b>SEXO</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Feminino	69	69%
Masculino	31	31%
<b>FAIXA ETÁRIA</b>		
18 A 35	64	64%
35 A 64	35	35%
Acima de 65 Anos	1	1%
<b>ESCOLARIDADE</b>		
Ensino Fundamental	7	7%
Ensino Médio	50	50%
Ensino Superior	34	34%
Outros	3	3%

Fonte: Autoras (2024).

Esse padrão é corroborado por estudos que indicam uma maior prevalência de automedicação entre mulheres, especialmente na faixa etária de 20 a 30 anos. Essa prática está frequentemente associada a condições como dores de cabeça, enxaquecas e cólicas menstruais. Além disso, as mulheres tendem a procurar mais serviços de saúde, resultando em um maior volume de prescrições e uso de medicamentos. Um estudo realizado na Itália revelou que 30% das mulheres adquiriram medicamentos após buscar informações online, em comparação com 20% dos homens (Lombardo & Cosentino, 2016). Isso evidencia não apenas a maior propensão das mulheres à automedicação, mas também a influência da internet em suas decisões de compra, o que reforça a necessidade de orientação adequada para evitar os riscos associados a essa prática (Arrais & Bertoldi, 2016; Silva et al., 2021).

Outro estudo realizado por Ebrahimi et al. (2017) que não está ligado diretamente ao exposto, mas a outros fatores como a gestação e lactação, destaca que as mulheres também constituem um grupo significativo em termos de automedicação. Embora a prevalência durante a gravidez seja menor do que antes dela, o número de gestantes que se automedicam ainda é expressivo e preocupante, devido ao risco de possíveis complicações para a criança (Ebrahimi et al., 2017).

Em relação à faixa etária, o grupo de 18 a 35 anos foi o que mais relatou o uso de Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPs), com 35% (35 entrevistados). Essa faixa etária frequentemente enfrenta problemas de saúde agudos e autolimitados, justificando a prática de automedicação. Dados do estudo de Santos et al. (2020) também apontam que a automedicação é prevalente entre indivíduos de 20 a 40 anos, enquanto é significativamente menor entre os idosos. Esse fenômeno pode ser atribuído ao fato de que pessoas nessa faixa etária geralmente possuem maior nível de escolaridade, estão inseridas no mercado de trabalho e se sentem mais independentes. Além disso, levam um estilo de vida acelerado e, em alguns casos, são influenciadas pelo comportamento de seu círculo social (Coutinho, 2022; Pons et al., 2017; Santos et al., 2020).

No que diz respeito à escolaridade, 50% dos entrevistados com ensino médio relataram o uso de MIPs, enquanto 34% eram graduados. A relação entre nível educacional e automedicação é crucial, pois a falta de conhecimento sobre os riscos pode levar a práticas inadequadas. Um estudo de Bell et al. (2016) enfatiza que a ausência de educação em saúde está ligada ao uso inadequado de medicamentos, sugerindo que programas de orientação e informação são essenciais para promover o uso seguro de MIPs.

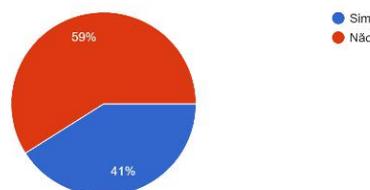
Adicionalmente, o artigo de Delgado e Vriesmann (2018) analisou o impacto da classe econômica e do nível educacional na automedicação, concluindo que as classes B e C, com uma situação econômica intermediária, são as que mais praticam essa conduta. Em contraste, as classes A, D e E apresentam menor propensão à automedicação. Pessoas da classe A, por terem melhores condições financeiras e elevado nível de escolaridade, tendem a buscar clínicas e hospitais particulares para tratamentos personalizados, enquanto as classes D e E, com renda mais baixa, dependem do Sistema Único de Saúde

(SUS) e utilizam medicamentos prescritos por médicos da família. Esses dados são semelhantes a outros estudos, como o de Melo Mendes et al. (2014), que também identificaram padrões de automedicação relacionados à classe social, situação econômica e nível de escolaridade (Delgado, Vriesmann, 2018; Domingues et al., 2015; Melo Mendes et al., 2014).

### 3.1 Conhecimento sobre medicamentos isentos de prescrição

A pesquisa revelou que a maioria dos entrevistados, 59% (59 pessoas), não sabia o que significava "Medicamentos Isentos de Prescrição" (MIPs), enquanto apenas 41% (41 pessoas) afirmaram ter esse conhecimento (Figura 1).

**Figura 1** - Conhecimento da população do estudo sobre MIPs.



Fonte: Autoras (2024).

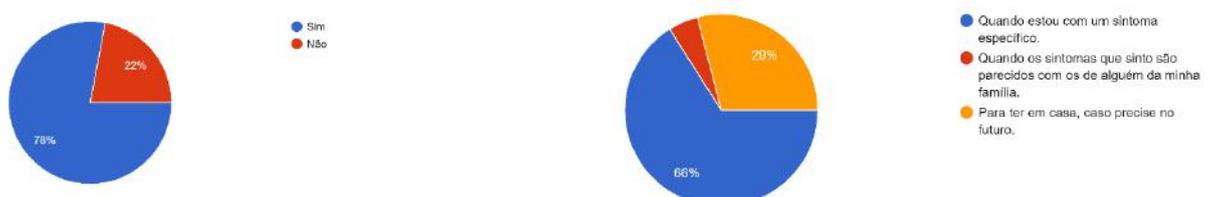
Essa lacuna de informação é alarmante, pois a falta de entendimento sobre os Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPs) pode resultar em usos inadequados e, conseqüentemente, em reações adversas. O conhecimento limitado sobre medicamentos, aliado à ausência de educação em saúde, torna os usuários mais vulneráveis a erros no uso e na automedicação. Além disso, a desinformação pode levar ao uso imprudente, perpetuando um ciclo de desinformação e medo em relação ao uso de medicamentos.

Iniciativas de informação e orientação são cruciais para enfrentar essa questão de saúde pública, utilizando uma linguagem acessível que facilite a compreensão. Recursos visuais, como figuras e imagens, podem ser adaptados para atender indivíduos com baixo grau de instrução. De acordo com dados do IBGE, apesar da redução do índice de analfabetismo em 2022, cerca de 11,4 milhões de pessoas no Brasil ainda são analfabetas. Portanto, é fundamental identificar indivíduos com menor capacidade de leitura para que recebam instruções adequadas sobre o uso de medicamentos e o manejo de suas condições de saúde (Garcia, 2021; IBGE, 2022; Magalhães et al., 2023; Nunes, Bezerra & Carvalho, 2022; Sabadin, 2024).

### 3.2 Compra de MIPS sem orientação profissional e motivos para a compra

A pesquisa evidenciou que a prática de adquirir Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPs) sem a orientação de um profissional de saúde é comum. Dos participantes, 78% (78 pessoas) relataram que compram medicamentos sem a ajuda de um farmacêutico ou médico, enquanto apenas 22% (22 pessoas) afirmaram contar com o auxílio de um profissional para realizar a compra (Figura 2).

**Figura 2** - Dados de compra e motivos para compra de MIPs.



Fonte: Autoras (2024).

Essa tendência reflete um hábito cultural profundamente enraizado na sociedade brasileira, onde a automedicação é frequentemente vista como uma solução prática para problemas de saúde. Apesar dos avanços na saúde pública, dificuldades no acesso aos serviços de saúde e na qualidade do atendimento contribuem para essa prática, ressaltando a necessidade de regulamentação e educação. A normalização da automedicação pode ser atribuída à facilidade de acesso a MIPs, à conveniência de adquirir medicamentos sem precisar consultar um prescritor, além do desconhecimento dos possíveis malefícios que o uso inadequado pode causar (Arrais *et al.*, 2016).

Quando questionados sobre os motivos para a compra de MIPs, 66% dos participantes relataram que compram medicamentos quando apresentam sintomas específicos. Por outro lado, 29% indicaram que compram preventivamente, para ter em casa "para o caso de precisar no futuro". Essa prática, embora vista como precaução, pode acarretar riscos como armazenamento inadequado, uso desnecessário ou vencimento dos produtos. Ter medicamentos à disposição pode aumentar a tendência à automedicação sem uma avaliação precisa da necessidade, levando ao uso inadequado (Fernandes *et al.*, 2020; Schwingel *et al.*, 2015).

Um pequeno percentual (5%) dos participantes decide comprar MIPs com base em sintomas observados em familiares. Esse comportamento de "imitação de sintomas" pode ser problemático, pois assume-se que condições semelhantes requerem o mesmo tratamento, o que nem sempre é o caso, podendo resultar em diagnósticos e tratamentos inadequados (Gráfico 6) (Silva Paula, Rodrigues & Marçal, 2022).

Embora comum, essa abordagem é preocupante, pois pode levar ao uso inadequado de medicamentos com efeitos farmacológicos, resultando em complicações como insuficiência renal e cardíaca, intoxicações, hipersensibilidade, distúrbios renais e hematológicos, prurido e alergias. Isso contribui para o aumento de internações e custos adicionais com tratamentos (Lima & Oliveira Alvim, 2019; Santos, Albuquerque & Guedes, 2022; Souza, Pereira & Saraiva, 2018).

Entre os principais problemas de saúde relacionados à automedicação estão gripe, distúrbios estomacais (diarreia, náuseas, vômitos), dores de garganta, febre e tosse. Fatores como dificuldade de locomoção, superlotação de postos de saúde e filas nas unidades de pronto atendimento impulsionam a automedicação. A urgência em tratar sintomas imediatos pode ofuscar a percepção dos riscos, reforçando a necessidade de educação sobre o uso seguro de medicamentos. A crença de que o uso de MIPs é completamente seguro cria uma falsa sensação de controle sobre a saúde, o que é perigoso. Assim, enfatizar a avaliação adequada dos sintomas e a necessidade de orientação profissional antes da automedicação é fundamental para promover o uso seguro de medicamentos, mesmo que isentos de prescrição (Cardoso *et al.*, 2022; Passos *et al.*, 2020; Souza *et al.*, 2017).

Dessa forma, é essencial destacar o papel dos profissionais de saúde em orientar os consumidores sobre os riscos associados ao uso de medicamentos. Nesse contexto, o farmacêutico se sobressai como o profissional mais acessível, interagindo diretamente com os pacientes no momento da compra. É seu dever oferecer orientações adequadas sobre as opções terapêuticas mais apropriadas para condições leves, incluindo informações sobre dosagens, formas de uso, contraindicações e possíveis efeitos colaterais (Marinho & Meireles, 2021; Nascimento, 2012; Nogueira, 2011).

### **3.3 Medicamentos mais citados na pesquisa**

Na pesquisa, os medicamentos mais citados e utilizados pelos participantes foram o Dorflex<sup>®</sup>, Paracetamol, a Dipirona, o Ibuprofeno e o Multigrip<sup>®</sup>. O Dorflex destacou-se, especialmente entre aqueles que buscam alívio para dores musculares, devido sua ação como analgésico e relaxante muscular, mostrando que a automedicação para dores agudas é uma prática comum (Godoi, Silva & Melo, 2023). O paracetamol, comumente reconhecido por sua eficácia e segurança, é responsável por inibir a síntese de prostaglandinas no Sistema Nervoso Central (SNC), reduzindo a ligação de substâncias que causam febre, com o receptor N-metil-D-aspartato (NMDA) em uma região cerebral conhecido como hipotálamo. Esse processo de interação leva a diminuição da resposta febril quando o corpo humano está passando por processos infecciosos ou inflamatórios. No estudo, o paracetamol foi mencionado por 20 indivíduos, o que demonstra que apesar do potencial deste

medicamento de causar hepatotoxicidade, ele é bastante utilizado pela população para o controle de febre e dor (EMS, 2021; Farias *et al.*, 2021; Tonon *et al.*, 2020).

A dipirona, mencionada por 13 dos 100 entrevistados, é amplamente utilizada no Brasil por possuir excelente ação analgésica e antitérmica, sendo indicada para tratamento de cefaleias, neuralgias, dores reumáticas, pós-operatórias e de outras origens, além do tratamento da febre. Porém, ela está associada a reações adversas leves a moderadas como náuseas, vômitos, dores abdominais e problemas renais a longo prazo e quadros graves, como anafilaxia e agranulocitose. Por isso a dipirona tem sua comercialização proibida em diversos países, como Estados Unidos, Japão e Europa. Mas no Brasil e alguns países da América Latina, além da Espanha, Polônia, Rússia e Índia ela é legalizada e bastante utilizada, sendo os dados desse estudo confirmados pelos achados de Coelho, 2023 que através da análise de possíveis interações medicamentosas e reações adversas em medicamentos e substâncias vendidas em uma farmácia comercial, destacou que a dipirona é um dos medicamentos mais vendidos e consumidos no Brasil (Coelho, 2023; Guimarães *et al.*, 2021; Moysés *et al.*, 2024).

O ibuprofeno, foi mencionado por ser utilizado por 9 pessoas e possui popularidade entre os MIPs, sendo preferido por seu perfil de segurança. Ele é um derivado do ácido propiônico e tem eficácia no combate a inflamações de cunho agudo ou crônico, como artrites e artroses, embora ainda apresente riscos gastrointestinais, especialmente em uso prolongado ou em pacientes vulneráveis (Andrade *et al.*, 2024; Assunção & Júnior, 2022).

Já o Multigrip foi mencionado por 11 dos 100 indivíduos, refletindo o que foi comentado até aqui, em relação a busca por alívio rápido de sintomas de resfriados e gripes. Este medicamento por sua vez possui uma combinação de substâncias (paracetamol, maleato de cloferniramina e cloridrato de fenilefrina) e atua no sistema nervoso central promovendo a diminuição da febre e da sensibilidade à dor. Por conseguinte, bloqueia a liberação de certas substâncias responsáveis pelos efeitos alérgicos, diminuindo edema, coriza e rinite, possibilitando o descongestionamento nasal (MULTIGRIP, 2024).

Os demais medicamentos citados estão incluídos nas classes dos analgésicos, anti-inflamatórios não esteroidais, antigripais, anti-histamínicos, antiespasmódicos, hepatoprotetores, antifúngicos e antiflatulentos.

Através dos dados obtidos neste item, é possível observar a necessidade de tratamentos para determinados quadros sintomáticos pela população, revelando com isto a forte cultura da automedicação, que, embora possa parecer prática, frequentemente ignora os riscos associados e a possibilidade de interações medicamentosas perigosas.

A Tabela 2 abaixo demonstra os medicamentos citados pelos entrevistados. Ao todo foram entrevistadas 100 pessoas, onde cada uma citou no mínimo (1) medicamento e no máximo (3) medicamentos isentos de prescrição. Os que citaram medicamentos com venda sob prescrição médica, controlados e/ou antibióticos ou nenhum medicamento entraram nos critérios de exclusão da pesquisa.

**Tabela 2 - Medicamentos mais citados na pesquisa.**

Medicamento	Princípio Ativo	Classe a que pertence	Mecanismo de Ação	Reações Adversas
<b>Dorflex®</b>	Dipirona, orfenadrina e cafeína	Analgésicos e Relaxantes Musculares	A dipirona atua na redução da dor ao inibir prostaglandinas no sistema nervoso central. A orfenadrina também atua no SNC, reduzindo a excitabilidade dos neurônios motores, promovendo relaxamento muscular. A cafeína age como um adjuvante analgésico, potencializando a eficácia dos analgésicos e relaxantes musculares presentes na formulação (Coutinho, Pereira, 2022).	Efeitos gastrointestinais (náuseas, vômitos e dor abdominal) Reações alérgicas (erupções cutâneas, prurido e reações anafiláticas). Efeitos no sistema nervoso central, como sonolência, tontura e, em raros casos, confusão ou alucinações. Efeitos cardiovasculares, como taquicardia e hipotensão Distúrbios hematológicos (Granulocitose)

<b>Paracetamol</b>	Paracetamol (acetaminofeno)	Analgésicos não opioides e antitérmicos	Inibição das enzimas ciclooxigenases (COX-1 e COX-2), principalmente no sistema nervoso central, onde reduz a síntese de prostaglandinas, responsáveis pela dor e febre. Ele age no hipotálamo, regulando a temperatura corporal, e pode ter efeitos antioxidantes que protegem as células (Farias <i>et al.</i> , 2021).	Hepatotoxicidade grave em caso de overdose, reações alérgicas como erupções cutâneas, náuseas e desconforto abdominal, além de alterações hematológicas como trombocitopenia e leucopenia.
<b>Dipirona Monoidratada</b>	Dipirona (metamizol)	Analgésicos não opioides e antitérmicos	Inibição das enzimas ciclooxigenases, redução da síntese de prostaglandinas. Modulação das vias neuronais envolvidas na percepção da dor, contribuindo para seu efeito analgésico. Efeito antitérmico através da atuação no centro termorregulador do hipotálamo (Quintilio <i>et al.</i> , 2022).	Reações alérgicas, como erupções cutâneas e prurido, além de náuseas, vômitos e dor abdominal. Em casos raros, pode ocorrer agranulocitose, leucopenia e trombocitopenia, bem como sonolência e tontura. Também podem surgir alterações na função renal, especialmente com uso prolongado ou em doses elevadas.
<b>Multigrip®</b>	Contém paracetamol, Cloridrato de Fenilefrina e Maleato de Clorfeniramina	Antigripais	O paracetamol inibe as ciclooxigenases e age no hipotálamo regulando a temperatura corporal. A fenilefrina ao se ligar aos receptores alfa-1 localizados nas células musculares lisas dos vasos sanguíneos provocando a vasoconstrição. Isso resulta em uma redução do fluxo sanguíneo nas mucosas nasais, diminuindo a congestão e o inchaço. E a clofeniramina, um anti-histamínico, bloqueia os receptores de histamina, reduzindo sintomas como coriza e espirros (Multigrip, 2024).	Efeitos gastrointestinais (náuseas, vômitos e dor abdominal). Reações alérgicas. Outros efeitos podem incluir sonolência, tontura, aumento da pressão arterial e, em alguns casos, taquicardia.
<b>Ibuprofeno</b>	Ibuprofeno	Anti-inflamatórios Não Esteroidais (AINEs)	Inibição das enzimas ciclooxigenases (COX-1 e COX-2), que são responsáveis pela conversão do ácido araquidônico em prostaglandinas (Andrade, Marques, Freitas, 2023).	Sintomas gastrointestinais (náuseas, vômitos e dor abdominal), além de risco de úlceras gástricas e hemorragias. Também podem ocorrer alterações na função renal, especialmente com uso prolongado, e reações alérgicas, como erupções cutâneas e prurido. Há um aumento do risco de eventos cardiovasculares, como infarto e acidente vascular cerebral, em usuários de longa duração.
<b>Torsilax</b>	Caféina, Carisoprodol, Diclofenaco Sódico, Paracetamol	Analgésicos e Relaxantes Musculares	A caféina atua como um adjuvante analgésico, potencializando a ação dos analgésicos presentes na formulação. O carisoprodol atua no sistema nervoso central, aliviando espasmos musculares. O diclofenaco é um anti-inflamatório não esteroideal (AINE). Ele age inibindo as enzimas ciclooxigenases (COX), que são responsáveis pela	Reações alérgicas (erupções cutâneas, urticária) Náuseas e vômitos Dores abdominais Efeitos sobre o fígado (hepatotoxicidade)

			<p>síntese de prostaglandinas, mediadores da dor e da inflamação.</p> <p>E o paracetamol inibe a síntese de prostaglandinas, mas de maneira menos intensa que os AINEs (Consulta Remédios, 2024).</p>	
<b>Nimesulida</b>	Nimesulida	Anti-inflamatórios Não Esteroidais (AINEs)	<p>Inibição da COX2, redução de prostaglandinas</p> <p>Diminuição da sensibilização de nociceptores (receptores de dor) (Castro, De Andrade, 2023).</p>	<p>Distúrbios gastrointestinais (náuseas, dor abdominal)</p> <p>Reações alérgicas (erupções cutâneas)</p> <p>Efeitos hepáticos (hepatite, toxicidade hepática)</p> <p>Retenção de líquidos</p>
<b>Decongex</b>	Cloridrato de fenilefrina Maleato de bronfeniramina,	Antigripais	<p>A fenilefrina age como agonista dos receptores alfa-1 adrenérgicos, promovendo vasoconstrição nas mucosas nasais.</p> <p>A bronfeniramina bloqueia os receptores H1 da histamina, aliviando sintomas alérgicos (Achê, 2024).</p>	<p>Sonolência</p> <p>Secura da boca</p> <p>Dores de cabeça</p> <p>Reações alérgicas</p>
<b>Buscopan</b>	Butilbrometo de escopolamina Dipirona sódica	Antiespasmódicos	<p>O brometo de escopolamina bloqueia os receptores muscarínicos de acetilcolina, inibindo a ação da acetilcolina, um neurotransmissor que provoca contração da musculatura lisa, reduz a motilidade intestinal e pode ter efeito antiemético contra náuseas e vômitos.</p> <p>Enquanto a dipirona inibe a enzima ciclooxigenase (COX) e reduz a ação das prostaglandinas, proporcionando o alívio da dor (Buscopan, 2024).</p>	<p>Boca seca</p> <p>Tontura</p> <p>Constipação</p> <p>Reações alérgicas</p>
<b>Xantinon</b>	Racemetionina, Cloreto de Colina	Hepatoprotetores	<p>A racemetionina tem propriedades hepatoprotetoras, ajudando a proteger as células do fígado contra lesões causadas por toxinas, como álcool e substâncias químicas, além disso esta substância é precursora de glutatona que neutraliza os radicais livres e protege células do estresse oxidativo (Araújo, 2024)</p> <p>O cloreto de colina desempenha um papel na exportação de lipídios do fígado, prevenindo a acumulação de gordura e a esteatose hepática</p>	Xantinon
<b>Targifor</b>	Aspartato de arginina e Ácido ascórbico (vitamina C)	Suplementos vitamínicos	<p>O ácido ascórbico é um potente antioxidante que protege as células do estresse oxidativo causado por radicais livres.</p> <p>O aspartato de arginina e o ácido ascórbico no Targifor ajudam a melhorar a circulação sanguínea e a oxigenação dos tecidos, ajudando também no sistema imunológico (Panvel, 2024).</p>	<p>Reações alérgicas (erupções cutâneas)</p> <p>Sintomas gastrointestinais (náuseas, dor abdominal)</p> <p>Dores de cabeça</p>
<b>Allegra</b>	Cloridrato de fexofenadina	Anti-histamínicos	<p>A fexofenadina atua como um antagonista seletivo dos receptores H1 da histamina. Ao se ligar a esses receptores, ela impede a ação da</p>	<p>Dor de cabeça</p> <p>Sonolência (menos comum em comparação com anti-histamínicos de primeira</p>

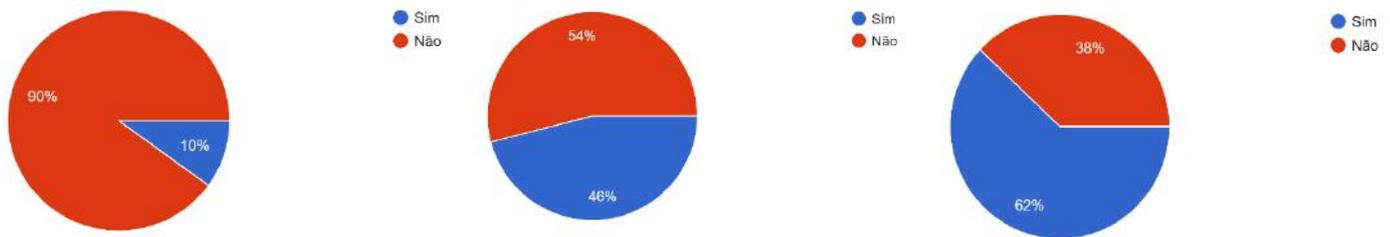
			histamina, uma substância química que causa sintomas alérgicos. Ao bloquear a ação da histamina, a fexofenadina reduz a resposta alérgica (Zanoni, 2022).	geração) Tontura Reações alérgicas
<b>Cetoconazol Uso Tópico</b>	Cetoconazol	Antifúngicos	O cetoconazol inibe a enzima lanosterol 14-alfa-desmetilase, que é crucial na biossíntese do ergosterol, um componente essencial da membrana celular dos fungos (EMS, 2024).	Irritação local (vermelhidão, ardor) Erupções cutâneas Prurido (coceira)
<b>Simeticona</b>	Simeticona	Carminativos e/ou Antiflatulentos	A simeticona reduz a tensão superficial das bolhas de gás presentes no lúmen intestinal. Isso ocorre devido à sua natureza surfactante, que diminui a força de coesão entre as moléculas de líquido que compõem as bolhas de gás. Como resultado, bolhas menores se coalescem para formar bolhas maiores. Esse processo de coalescência facilita a eliminação do gás acumulado (Brasil, 2022).	Geralmente bem tolerada; reações adversas são raras. Não costuma causar efeitos colaterais significativos
<b>Doralgina</b>	Dipirona Sódica, Isometepteno, Cafeína.	Analgésicos e Antitérmicos	A dipirona inibe a síntese de prostaglandinas inibição das ciclooxigenases (COX) no sistema nervoso central. O isometepteno é um agente que atua como um vasoconstritor, especialmente em casos de dores de cabeça e enxaquecas. Ele age nos receptores adrenérgicos, promovendo a constrição dos vasos sanguíneos dilatados, o que ajuda a reduzir a pressão e o desconforto associados à dor. A cafeína intensifica a ação dos medicamentos citados acima, além de combater a fadiga e sonolência (Panvel, 2024).	Reações alérgicas (urticária, anafilaxia) Distúrbios gastrointestinais (náuseas, vômitos) Efeitos sobre a função hepática (raro) Agranulocitose (raro, mas grave)

Fonte: Autoras (2024).

### 3.4 Problemas relacionados, informações e restrições acerca do uso de mips

90 pessoas (90%) afirmaram não ter enfrentado problemas de saúde decorrentes do uso de MIPs. No entanto, essa aparente segurança não deve levar à negligência, já que 10 pessoas (10%) enfrentaram algum problema de saúde devido ao uso incorreto desses medicamentos, indicando que há um risco potencial, mesmo que essa parcela populacional seja menor (Figura 3).

**Figura 3** - Informações e Problemas de saúde relacionados ao uso de MIPs.



Fonte: Autoras (2024).

A pesquisa revelou que 54 pessoas (54%) acreditam que as informações sobre medicamentos isentos de prescrição (MIPs) não são claras ou suficientes, enquanto 46 pessoas (46%) consideram essas informações simples e esclarecedoras (Gráfico 9). A falta de clareza nas informações pode contribuir para a automedicação irresponsável e aumentar o risco de reações adversas. O acesso adequado à informação é essencial para que os consumidores tomem decisões informadas sobre o uso de medicamentos. Nesse sentido, um esforço colaborativo entre profissionais de saúde, instituições educacionais e órgãos reguladores é crucial para garantir que as informações sobre MIPs sejam acessíveis, compreensíveis e facilmente disponíveis ao público (Silva & Lima, 2018).

A ausência de informações adequadas gera preocupações na população, o que reflete na percepção sobre a necessidade de regulamentação mais rigorosa. De fato, 62 pessoas (62%) acreditam que os MIPs deveriam ter restrições mais rigorosas quanto à sua venda. Esse dado sugere que parte significativa dos entrevistados está ciente dos riscos associados à automedicação, especialmente em função da falta de orientação profissional, e reconhece a necessidade de medidas adicionais para garantir a segurança na aquisição de medicamentos (Figura 3) (Alcantara & Andrade, 2022).

Por outro lado, 38 pessoas (38%) consideram que as restrições atuais sobre a venda de MIPs são adequadas. Esse grupo enxerga os medicamentos isentos de prescrição como uma opção conveniente e acessível para o tratamento de sintomas leves e autolimitados, sem a necessidade de buscar atendimento médico para cada problema menor. Para essas pessoas, a praticidade e acessibilidade dos MIPs são vistas como benefícios que não deveriam ser restringidos.

Essa divisão de opiniões reflete um debate comum na saúde pública. Enquanto um grupo defende a necessidade de maior regulamentação para evitar os riscos associados à automedicação, outro defende a facilidade de acesso a esses medicamentos para tratar condições menores sem sobrecarregar o sistema de saúde. Uma solução equilibrada poderia ser o aumento de campanhas educativas sobre o uso seguro dos MIPs, garantindo que o acesso fácil seja acompanhado de um uso consciente e seguro (Fernandes & Lima, 2023).

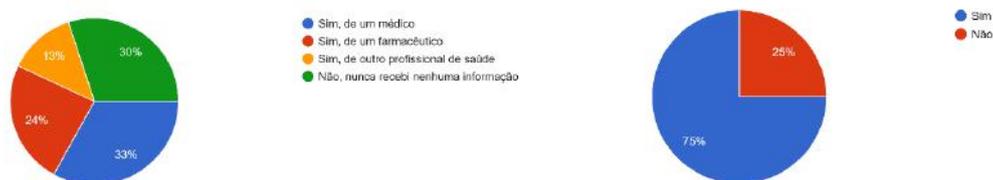
Nesse contexto, os profissionais de saúde desempenham um papel essencial. Eles devem estar atentos às informações sobre interações medicamentosas e ser capazes de orientar os consumidores quanto às possíveis consequências, sugerindo intervenções apropriadas quando necessário (Barbosa, 2024). Embora a maioria dos usuários de MIPs não relate problemas, os medicamentos estão entre as principais causas de intoxicação, tanto no Brasil quanto em outras populações. Dados apontam que os MIPs têm sido responsáveis por uma quantidade significativa de internações e óbitos relacionados a intoxicações, evidenciando a importância de uma abordagem mais cautelosa e vigilante em relação ao seu uso (Barbosa & Cardoso, 2021; Brasil, 2022; Silva et al., 2021).

A falta de informações claras sobre MIPs não apenas aumenta os riscos à saúde, como também gera uma preocupação entre os consumidores, que muitas vezes reconhecem que a automedicação pode ser arriscada.

### 3.5 Orientações profissionais e o papel do farmacêutico no uso de mips

Uma parcela significativa dos entrevistados, 30 pessoas (30%), relatou não ter recebido nenhuma orientação sobre o uso de medicamentos isentos de prescrição (MIPs). Esse dado é relevante, pois levanta preocupações sobre os riscos associados à automedicação inadequada. A falta de orientação adequada pode aumentar a probabilidade de erros de uso, interações medicamentosas e possíveis efeitos adversos, já que muitas vezes esses medicamentos são percebidos como inofensivos, apesar de apresentarem riscos quando usados incorretamente. Além disso, a baixa porcentagem de orientações recebidas de outros profissionais de saúde (13%) sugere que enfermeiros, dentistas e outros profissionais podem desempenhar um papel mais ativo na orientação sobre MIPs, principalmente em consultas onde o paciente não tem contato direto com um médico ou farmacêutico. Isso indica a necessidade de maior conscientização entre os profissionais de saúde sobre a importância de orientar adequadamente os pacientes sobre o uso seguro desses medicamentos (Figura 4) (Júnior & Abreu, 2021; Vieira & Andrade, 2024).

**Figura 4** - Percepções da população sobre orientações profissionais e a importância do farmacêutico no uso de MIPs.



Fonte: Autoras (2024).

Por outro lado, 75 pessoas (75%) dos entrevistados reconhecem a importância da orientação farmacêutica no uso de MIPs, enquanto 25,7% ainda desconhecem ou não entendem a relevância desse profissional na orientação medicamentosa (Gráfico 11). A atuação do farmacêutico é fundamental não apenas na dispensação de medicamentos, mas também na educação dos pacientes sobre o uso adequado, dosagem e possíveis interações medicamentosas. A presença de farmacêuticos nas farmácias deve ser maximizada para promover uma comunicação clara e acessível, permitindo que os consumidores se sintam mais seguros ao buscar orientação antes de tomar decisões sobre sua saúde (Ramalho & Baiense, 2022).

A construção de uma relação de confiança entre farmacêuticos e pacientes é vital para que a orientação se torne uma prática comum. Essa relação pode ser fortalecida por meio de campanhas de conscientização que destaquem o papel do farmacêutico como um recurso valioso e confiável em saúde (Silva *et al.*, 2022; Dias, 2023).

### 3.6 Uso racional de mips

Além disso, a percepção da população sobre a importância do uso racional de MIPs também é destacada na pesquisa. Uma parte significativa dos entrevistados, 93%, reconhece que o uso racional de MIPs é essencial para a segurança e eficiência no tratamento. O uso racional envolve a escolha adequada do medicamento, a correta dosagem e a consideração de possíveis interações medicamentosas. A automedicação inadequada pode levar a erros graves, como o uso excessivo de analgésicos, que pode resultar em toxicidade ou mascarar sintomas de condições mais sérias que requerem atenção médica (Matos *et al.*, 2021; Rodrigues *et al.*, 2022; Fernandes, Silva & Oliveira Marquez, 2022).

Portanto, a orientação farmacêutica desempenha um papel essencial na mitigação de riscos, oferecendo informações sobre contraindicações, efeitos colaterais e a correta utilização dos medicamentos. O reconhecimento da automedicação como uma prática que deve ser realizada com cuidado e informação é crucial para a promoção da saúde pública e a prevenção de complicações associadas ao uso inadequado de MIPs. Campanhas educativas e uma comunicação clara são necessárias para promover essa mudança de comportamento e aumentar a confiança dos consumidores na orientação profissional (Da Hora,

2023; Santos Silva & Senna Junior, 2023; Silva, Santos & Marques, 2020).

Esses resultados destacam a necessidade de uma abordagem integrada, que inclua educação em saúde, capacitação de farmacêuticos e a criação de políticas que incentivem o uso responsável de MIPs. Ao alinhar o conhecimento dos usuários com as orientações dos profissionais de saúde, é possível minimizar os riscos associados à automedicação e garantir o uso seguro e eficaz desses medicamentos.

#### 4. Conclusão

A partir da pesquisa realizada, é notório que o consumo de medicamentos sem prescrição médica é uma prática comum em parte da população do município de Ananindeua, sendo a automedicação uma prática recorrente, especialmente para o tratamento de sintomas agudos e autolimitados. Durante o estudo, observamos que a população apresenta um conhecimento insuficiente sobre as indicações, contraindicações e efeitos colaterais dos Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPs), o que pode contribuir para o uso inadequado. A escolha desses medicamentos foi influenciada por fatores como a facilidade de acesso, a crença de que podem resolver problemas de saúde leves e a ausência de consultas com profissionais de saúde.

Desta forma, a compra sem a devida orientação reflete uma lacuna educacional significativa, já que muitos entrevistados relataram não ter recebido informações adequadas sobre o uso seguro dos MIPs. Ainda que, médicos e farmacêuticos fossem apontados como as principais fontes de orientação. Levando ao raciocínio de que uma parte considerável da população ainda não acessa essas informações de forma eficiente, o que aumenta uma problemática em saúde pública.

Dada esta prevalência da automedicação com MIPs, sugere-se a implementação de campanhas educativas voltadas para o uso racional de medicamentos. Essas campanhas podem ser realizadas por meio de parcerias entre farmácias, centros de saúde e o poder público, visando aumentar a conscientização sobre os riscos do uso inadequado dessa classe medicamentosa, além da importância da consulta com profissionais capacitados, em especial o farmacêutico, detentor do conhecimento amplo em farmacologia e interações medicamentosas, sendo ele essencial no controle e análise de prescrições, na assistência farmacêutica e no cuidado em saúde, tanto para a população isenta de afecções, quanto os indivíduos que apresentam quaisquer tipos de comorbidades.

Porém, sugere-se que estudos futuros sejam realizados, com o intuito de investigarem estratégias mais eficazes de comunicação sobre os riscos e benefícios dos MIPs, além da análise do impacto de políticas de controle na venda desses medicamentos. Também serão úteis, estudos que culminem na análise de subgrupos populacionais, como idosos e pessoas com doenças crônicas, para avaliar como esses fatores podem influenciar o uso e a percepção dos MIPs em diferentes contextos sociais e de saúde.

#### Referências

- Andrade, M. A. S., Marques, T. A., Freitas, V. S. de S., & Rabello, P. H. G. (2023). Nefrotoxicidade decorrente do uso irracional de ibuprofeno: A importância da atenção farmacêutica. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 9(9), 2925–2935. <https://doi.org/10.51891/rease.v9i9.11404>.
- Aché Laboratórios Farmacêuticos. (2024). *Decongex Plus comprimidos*. <https://www.ache.com.br/produto/isentos-de-prescricao/decongex-plus-comprimidos/>.
- Araújo. (2024). *Cetoconazol: bula*. <https://araujo.vteximg.com.br/arquivos/ids/2780822/Bula-0000000036516.pdf>.
- Araújo Moysés, D. et al. (2024). Atenção farmacêutica no combate ao uso indiscriminado da dipirona: Uma revisão. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 10 (1), 329-43.
- Barbosa, P. C. A., & Cardoso, T. D. R. (2021). Intoxicação medicamentosa: Uma revisão sistemática. *Scientia Generalis*, 2(Supl. 1), 76-76.
- Barbosa, T. M. S. et al. (2024). Educação em saúde como ferramenta de combate a automedicação: Fatores culturais e sociais. *Journal of Medical and Biosciences Research*, 1(3), 510-520.
- Boehringer Ingelheim. (2024). *Buscopan Composto: bula*.

[https://www.buscopan.com.br/produtos/buscopan-composto#:~:text=Toda%20a%20linha%20Buscopan%2%AE,\(espasmos\)%20respons%C3%A1veis%20pela%20dor](https://www.buscopan.com.br/produtos/buscopan-composto#:~:text=Toda%20a%20linha%20Buscopan%2%AE,(espasmos)%20respons%C3%A1veis%20pela%20dor)

Brasil. (2024). *Legislação Vigente De MIPs*. Ministério da Saúde.

<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/setorregulado/regularizacao/medicamentos/medicamentos-isentos-de-prescricao/informes/legislacao-vigente-de-mip#:~:text=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20da%20Diretoria%20Colegiada%20D%20RDC%20n%C2%BA%2098%2C%20de%202016,prescri%C3%A7%C3%A3o%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs>

Cardoso, D. S. et al. (2022). O uso indiscriminado de medicamentos isentos de prescrição no Brasil. *Research, Society and Development*, 11(9), e26811931503. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i9.19315>.

Castro, T. D. S. C., & de Andrade, L. G. (2023). Uso indiscriminado de nimesulida. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 9(9), 3283-3293.

Clementino dos Santos, M., Lima de Andrade, M., Silva Lima, V., & Cavalcante da Silva, G. (2020). Perfil da automedicação por clientes de uma farmácia privada em cidade do Agreste de Pernambuco. *Revista Brasileira de Educação e Saúde*, 10(2), 50–6. <https://doi.org/10.18378/rebes.v10i1.7576>.

Coelho, B. M. et al. (2023). *Análise de possíveis interações medicamentosas e reações adversas em medicamentos e substâncias vendidas em uma farmácia comercial*. TCC (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde, Farmácia. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/248949>.

Coutinho, D. P., & Pereira, T. A. (2022). *Avaliação do conhecimento e uso racional de medicamentos isentos de prescrição (MIPs) pela população*. Trabalho de Conclusão de Curso do curso de Ciências Farmacêuticas da UNIUBE. <http://dspace.uniube.br:8080/jspui/handle/123456789/2449>.

Da Hora, T. F. T. (2023). Atenção farmacêutica: A prescrição farmacêutica como alternativa no combate à automedicação no Brasil. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 9(6), 278-84.

Duarte, F. G. et al. (2021). Óbitos e internações decorrentes de intoxicações por medicamentos com prescrição e isentos de prescrição, no Brasil. *Revista de Saúde Pública*, 55, 81.

Ebrahimi, H., Atashsokhan, G., Amanpour, F., & Hamidzadeh, A. (2017). Self-medication and its risk factors among women before and during pregnancy. *Pan African Medical Journal*, 27, 183.

EMS. (2021). Bula do paracetamol. [https://www.ems.com.br/arquivos/produtos/bulas/bula\\_paracetamol\\_10162\\_1318.pdf](https://www.ems.com.br/arquivos/produtos/bulas/bula_paracetamol_10162_1318.pdf)

EMS. (2024). *Cetoconazol: bula*. [https://www.ems.com.br/arquivos/produtos/bulas/bula\\_cetoconazol\\_11013\\_1306.pdf](https://www.ems.com.br/arquivos/produtos/bulas/bula_cetoconazol_11013_1306.pdf)

Farias, M. T. de, Cavalcanti, C. H. M., Albuquerque, J. R. A., Filho, A. S. S. F., Araújo, P. X., Melo, A. B., Fernandes, E. W., Da Silva, G. C., & Oliveira Marquez, C. (2022). A necessidade da prescrição farmacêutica de MIPs e os problemas automedicação. *Scire Salutis*, 12(1), 17-24.

Farias, M. T., Cavalcanti, C. H. M., Albuquerque, J. R. A., Falcão Filho, Á. S. S., Araújo, P. X., Melo, A. B. M., & de Jesus, R. (2021). Aspectos moleculares e citotóxicos do paracetamol: uma revisão narrativa. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 13(8), e8511-e8511.

Fernandes, M. R. et al. (2020). Armazenamento e descarte dos medicamentos vencidos em farmácias caseiras: Problemas emergentes para a saúde pública. *Einstein (São Paulo)*, 18, eAO5066.

Garcia, B. P. (2021). *O impacto da falta de informações sobre medicamentos no tratamento farmacoterapêutico*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo.

Godói, I. R. O. de, Silva, L. V. & Melo, L. B. (2023). Consequências da automedicação com os princípios ativos: Dipirona, orfenadrina e cafeína. Monografia. Repositório Institucional do Conhecimento - RIC-CPS. Governo do Estado de São Paulo. <https://ric.cps.sp.gov.br/handle/123456789/15968>.

Guimarães, P. H. D., Pacheco, R. P., & De Jesus Morais, Y. (2021). Cuidados farmacêuticos e o uso de Medicamentos Isento de Prescrição (MIPs). *Research, Society and Development*, 10(12), e485101220405-e485101220405.

Junior, E. M. C., & Abreu, T. (2021). Atuação do profissional farmacêutico na automedicação. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 7(9), 216-29.

Lima, M. M., & Oliveira Alvim, H. G. (2019). Riscos da automedicação. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, 2(4), 212-9.

Lombardo, S., & Cosentino, M. (2016). Internet use for searching for information on medicines and disease: A community pharmacy-based survey among adult pharmacy customers. *Interact J Med Res*, 5(3), e22. <https://doi.org/10.2196/ijmr.5231>.

Magalhães, J. L. M. et al. (2021). Caracterização do uso de medicamentos isentos de prescrição por universitários da área da saúde: Uma revisão integrativa. *Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas*, 57(2), 1-10.

Marques, C. M., Lucas, J. A., & Oliveira, E. B. (2022). O papel do farmacêutico no tratamento da automedicação. *Revista da Associação Brasileira de Farmacêuticos*, 12(1), 1-15.

Melo, R. C., & Pauferro, M. R. V. (2020). Educação em saúde para a promoção do uso racional de medicamentos e as contribuições do farmacêutico neste contexto. *Brazilian Journal of Development*, 6(5), 32162-32173.

Melo, V. C. R., Bezerra, D. M. S., Alves, L. M., & Bezerra, A. M. (2023). Efeitos da automedicação na saúde dos idosos: Uma revisão sistemática. *Revista Brasileira de Terapia Farmacológica*, 1(2), 12-22.

Menezes, R. R. F., & Silva, L. L. da. (2020). Uso de medicamentos isentos de prescrição e fatores associados à automedicação em adultos. *Revista Brasileira de Farmácia*, 11(1), 56-63.

- Mota, K. et al. (2020). Medicamentos isentos de prescrição (MIP): o farmacêutico pode prescrever, mas ele sabe o que são? *Revista de la OFIL*, 30(1), 52-55.
- Nascimento, R. A., & Bartoszewski, M. (2023). Análise da automedicação entre os universitários de medicina. *Revista Brasileira de Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde*, 4(3), 45-55.
- Nassar, M. L., & Rodrigues, P. R. A. (2022). O impacto da automedicação na saúde pública no Brasil: Uma revisão integrativa. *Revista Brasileira de Saúde Pública*, 43(2), 33-41.
- Oliveira, C. T. F. (2021). Pesquisa do uso racional de medicamentos fitoterápicos e/ou plantas medicinais em farmácias comunitárias residentes nos municípios de Belém e Ananindeua/PA. *Revista Multidisciplinar em Saúde*, 2(3), 15.
- Panvel Farmácias. (2024a). *Doralgina: 20 drágeas*. <https://www.panvel.com/panvel/doralgina-20-drageas/p-823070>.
- Panvel Farmácias. (2024b). *Targifor: Aspartato de Arginina 500mg, Ácido Ascórbico 500mg, 30 comprimidos revestidos*. <https://www.panvel.com/panvel/targifor-aspartato-de-arginina-500mg-acido-ascorbico-500mg-30-comprimidos-revestidos/p-569700>
- Pereira, C. P., & Santana, C. M. (2022). Automedicação: O uso de medicamentos de forma indevida por parte da população. *Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas*, 57(1), 1-10.
- Pereira A. S. et al. (2018). Metodologia da pesquisa científica. [free e-book]. Editora UAB/NTE/UFMS.
- Reis, A. R. dos, Mota, P. M. da, Vargas, A. F., & Silva, A. R. (2021). Uso de medicamentos isentos de prescrição: Um estudo com universitários de uma instituição de ensino superior. *Revista Brasileira de Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde*, 2(3), 38-46.
- Santana, C. C. et al. (2020). O conhecimento e a prática da automedicação na população. *Revista Brasileira de Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde*, 12(2), 20-26.
- Santos Lima, D., & De Melo Guedes, J. P. (2021). Atribuições do farmacêutico no uso racional de medicamentos e automedicação. *Research, Society and Development*, 10(15), e263101522827-e263101522827.
- Santos, G. G. et al. (2023). Os riscos da automedicação: A importância da prescrição farmacêutica. *Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro*, 4(1). <https://revista.unipacto.com.br/index.php/multidisciplinar/article/view/1271>.
- Shitsuka, R. et al. (2014). *Matemática fundamental para tecnologia*. (2ed.). Editora Erica.
- Silva Paula, C. C., Rodrigues, S. M., & Marçal, P. H. F. (2022). Automedicação: Influência das territorialidades e suas motivações. *Research, Society and Development*, 11(12), e361111234195. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i12.34195>
- Silva, A. C. et al. (2021). Assistência farmacêutica em drogarias: Importância, desafios e impedimentos. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 7(12), 1609-21.
- Silva, J. F. da et al. (2021). A prática da automedicação: Um desafio para a saúde pública. *Revista Brasileira de Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde*, 12(3), 10-15.
- Silva, L. B., & Pontes, M. F. (2023). Efeitos colaterais da automedicação: Riscos à saúde da população. *Revista Brasileira de Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde*, 4(1), 15-23.
- Souza, F. L., & Borges, J. (2021). A automedicação como problema de saúde pública. *Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas*, 57(3), 1-10.
- Sousa Marinho, L. N., & Meirelles, L. M. A. (2021). Os riscos associados ao uso de medicamentos isentos de prescrição. *Revista Saúde Multidisciplinar*, 9(1), 9-14. [https://www.researchgate.net/profile/Lyghia-Meirelles/publication/350020951\\_OS\\_RISCOS\\_ASSOCIADOS\\_AO\\_USO\\_DE\\_MEDICAMENTOS\\_ISENTOS\\_DE\\_PRESCRICAO/links/604bb182a6fdcccfee79b968/OS-RISCOS-ASSOCIADOS-AO-USO-DE-MEDICAMENTOS-ISENTOS-DE-PRESCRICAO.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Lyghia-Meirelles/publication/350020951_OS_RISCOS_ASSOCIADOS_AO_USO_DE_MEDICAMENTOS_ISENTOS_DE_PRESCRICAO/links/604bb182a6fdcccfee79b968/OS-RISCOS-ASSOCIADOS-AO-USO-DE-MEDICAMENTOS-ISENTOS-DE-PRESCRICAO.pdf).
- Vieira, S. (2021). *Introdução à bioestatística*. Ed.GEN/Guanabara Koogan.
- Zanoni, R. D., Silva Bomfim, V. V. B., de Souza, A. C. C., & Navarro, T. W. D. M. (2022). Abordagens no tratamento da dermatite atópica. *Research, Society and Development*, 11 (12), e532111234183-e532111234183.